



Notícias TCE

Órgão Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Nº 40

TCE lança programa de TV e Jornal Mural



EQUIPE - COMUNICAÇÃO - TCE

O programa jornalístico é semanal com exibições pela TV Assembléia: às terças-feiras, às 19h55min; quintas-feiras, às 21h50min; e às sextas, às 9 horas.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) lançou dois novos produtos de comunicação: o Jornal Mural e o programa TCE na TV. Produzidos e editados pelos Serviços de Imprensa e de Relações Públicas do Tribunal, o lançamento simultâneo de uma ferramenta de comunicação para o público interno e outra para o público externo foi proposital, segundo o presidente do Tribunal, Sebastião Tejota. "O TCE busca na comunicação integrada consolidar sua imagem frente à sociedade e aos seus colaboradores", explicou.

Para o chefe do Serviço de Imprensa do TCE e coordenador dos dois projetos, jornalista Alexandre Alfaix de Assis, o Jornal Mural está entre as mídias de comunicação mais rápidas e eficientes por se tratar de um instrumento dinâmico, de baixo custo e que possibilita a interação entre os diversos colaboradores da instituição, que acabam tornando-se parte de sua execução. Sem uma linha editorial rígida, o Jornal Mural está disponível para a administração do TCE mandar seu recado para os colaboradores, mas também propicia a via inversa em que os servidores podem fazer sugestões e participar ativamente da sua elaboração. Com periodicidade mensal, o veículo está exposto no hall do Bloco C, ponto estratégico para que todos os servidores e visitantes o reconheçam e aguardem suas novas edições.

TCE NA TV - O telejornal, por sua vez, é um veículo de comunicação que dá a oportunidade de participação da comunidade na atuação do Tribunal de Contas. Em formato de telejornal, com dez minutos de duração, é veiculado semanalmente na TV Assembléia, Canal 8 da Net, em três horários diferenciados. O TCE na TV também está disponível no site (www.tce.go.gov.br) para que o cidadão possa acompanhar as atividades do Tribunal a qualquer momento, de qualquer lugar.

Participam da elaboração dos dois produtos, as relações públicas Mônica Perillo e Leticia Pires, a designer Candice Sebba, o jornalista Leonardo Miranda, com apoio de José Joaquim Freitas, Aristides Barbosa, Ludmila Mendes, Sandra Santana e Rodrigo Castro, todos da equipe de Comunicação do Tribunal, além de Washington Luís e sua equipe, que produziram os telejornais-piloto.

Convênio com Assembléia possibilita telejornal

O convênio com a Assembléia Legislativa que possibilitou a inserção do telejornal TCE na TV no canal 8 da operadora NET, a TV Assembléia, foi assinado pelos presidentes do Tribunal, conselheiro Sebastião Tejota, e da Assembléia, deputado Samuel Almeida. O parlamentar salientou que a parceria vai proporcionar uma diversificação ainda maior da programação. Ele aproveitou para informar que a emissora está aguardando a liberação pelo Ministério das Comunicações para operar em canal aberto e, posteriormente, pelo sistema digital, com todas as suas vantagens sobre o modelo convencional.

Já o presidente do Tribunal afirmou que o objetivo é levar ao conhecimento da comunidade o trabalho desenvolvido pelo órgão fiscalizador. Ele agradeceu o espaço para a divulgação e afirmou que o programa jornalístico vai fortalecer o TCE e a própria Assembléia.



Pág. 02	Micros para Agência Prisional	Pág. 03	Concursados da Aganp no plenário	Pág. 04	Fiscalização da receita
Pág. 05	Posse da conselheira Carla Santillo	Pág. 06	Coordenação de Fiscalização Estadual	Pág. 08	Marcas do tempo

TCE doa 20 micros para Projeto Escrever Liberdade



A Agência Goiana do Sistema Prisional inaugurou a Escola de Informática e Cidadania da Casa do Albergado, 14ª oficina digital da Aganp, com a utilização de vinte microcomputadores completos doados pelo Tribunal de Contas do Estado. Segundo explicou o presidente da Agência Prisional, Edemundo Dias, a escola, que é parte do projeto de ressocialização dos reeducandos, foi possível graças à doação do TCE.

A solenidade contou com a entrega de placas de agradecimento aos presidentes do Tribunal, Sebastião Tejeta, e da Aganp, Jeovalter Correa. Tejeta afirmou que o Tribunal de Contas tem se preocupado com as questões sociais e a parceria firmada com a Agência Prisional é a primeira de uma série que pretende instituir para que a sociedade receba de volta, com a participação de todos os entes públicos, os benefícios para os quais paga impostos. "O TCE será parceiro de todas as atividades que tragam melhor qualidade de vida para a sociedade goiana", disse.

OUTRAS DOAÇÕES - A doação de 20 micros à Agência Prisional é a primeira de um total de 79 micros que estão sendo doados pelo órgão fiscalizador, depois que obteve novos equipamentos em convênio firmado com o Banco do Brasil. Também receberão as máquinas as Secretarias de Educação e Cidadania, Procuradoria Geral do Estado, Seplan, Diretoria de Polícia Civil, Delegacia de Furtos e Roubos e Vice-governadoria.

Congresso de Direito Administrativo

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conselheiro Sebastião Tejeta, presidiu a mesa do 5º Congresso Goiano de Direito Administrativo, realizado em Goiânia. O evento teve como tema "As repercussões das decisões do Judiciário nas competências dos Tribunais de Contas". O palestrante foi o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União. A realização foi do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (Idag), que tem como vice-presidente Francisco Taveira Neto, que também é assessor de gabinete da conselheira Carla



Benjamin Zymler



Planejamento Estratégico

Expediente

Presidente: Sebastião Tejeta
Vice-Presidente: Edson José Ferrari
Corregedor-Geral: Gérson Bulhões Ferreira
Conselheiros: Milton Alves, Naphtali Alves, Carlos Leopoldo Dayrell e Carla Cíntia Santillo
Auditores: Luiz Murilo Pedreira e Sousa, Mário Roberto Dayrell e Guilherme T. Figueiredo Valente
Procurador-Geral de Contas: Fernando dos Santos Carneiro

Direção e Coordenação:
Chefe de Gabinete: Gilvan Pires de Sousa
Diretor-Geral: Solano Alves Pimenta
Dir. Departamento Auditoria: Luiz Murilo Pedreira e Sousa
Coord. Fiscalização Estadual: Fernando Xavier da Silva
Contadora Geral: Lilliane Maria C. S. Peu
Sec. Geral: Wagner Luiz P. B. Vieira



Edição: Alexandre Alfaix de Assis
Redação: Comunicação/TCE
Alexandre Alfaix de Assis (Jornalista JP 00729-GO)
Leonardo Rocha Miranda (Jornalista)
Candice Sebba (Projeto Gráfico)
Mônica Perillo e Leticia Pires (Relações públicas)
Ludmila Mendes (Logística)
José Joaquim Freitas (Revisão)
Fone/Fax: (62) 3201-9190 - imprensa@tce.go.gov.br

Este jornal é de responsabilidade do
Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP: 74003-030
Fone: (62) 3201.9000 - www.tce.go.gov.br

Comitê de Gestão da Qualidade

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás instituiu o Comitê de Gestão da Qualidade para implantação de seu programa de modernização e qualidade, com base na norma ISO 9001:2000, certificado emitido pela Organização Internacional para Normalização, de Genebra, Suíça. A qualificação segue os critérios de excelência do programa de qualidade do governo de Goiás.

No nível estratégico, demonstra comprometimento da direção com o desenvolvimento e a implantação do programa de modernização, determina e atende os requisitos dos clientes/cidadãos, estabelece a identidade organizacional, conduz as reuniões de análises críticas e garante a disponibilidade de recursos.

No nível operacional, assegura os processos necessários para que a modernização e qualificação sejam estabelecidas, implementadas e mantidas. Outra atribuição é relatar à alta direção a necessidade de promover a importância da relação cliente/cidadão em todo o TCE.

Os membros do comitê irão atuar como multiplicadores da qualidade, auxiliando na elaboração do planejamento estratégico da instituição, organizando e validando os resultados alcançados nas reuniões de planejamento. Os responsáveis relatarão os procedimentos de cada área, e irão promover a implantação do sistema de qualidade em suas unidades.

O comitê gestor, escolhido por votação na reunião de Planejamento Estratégico, ficou composto por Adriana de Moraes, Anderson Jaime de Matos, André Luiz Dias Matos, Carmen Lúcia Parrode Palma, Jucelino Siqueira Neto, Kláudio do Carmo da Fonseca, Marcus Vinícius do Amaral, Nagibe Faiad Chaul e Rosanne Miguel P. Carvalho, além de Gabriela Costa de Sousa, assistente de qualidade.

Concursados da Aganp lotam plenário em busca de solução

Uma comissão de quase cem concursados da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp) esteve no Tribunal de Contas do Estado para solicitar uma auditoria para apurar a contratação de servidores em cargos comissionados nas vagas que seriam destinadas aos aprovados no último concurso público, homologado em maio.

O presidente Sebastião Tejota lembrou que o TCE acompanhou o concurso desde seu edital até a realização das provas e afirmou que levará o pedido de auditoria para deliberação do plenário o mais rápido possível, com o objetivo de buscar informações junto à Aganp sobre as supostas nomeações.

O concurso, cujo resultado foi homologado em abril, foi o maior já realizado no Estado, com quase 100 mil participantes, dos quais 2.600 foram aprovados, com igual número para o cadastro de reserva.

Aganp divulga cronograma de convocação dos aprovados

O presidente da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp), Manoel Xavier Ferreira Filho, esteve no TCE e comprometeu-se a elaborar um cronograma de chamada dos aprovados e divulgá-lo até meados de junho. De posse do cronograma, o TCE fará o acompanhamento de todas as etapas de contratação do pessoal.

Durante o encontro, o presidente da Aganp afirmou que não haverá problemas com relação ao período eleitoral, uma vez que o concurso já foi homologado. Outra questão abordada foi a dos comissionados. O representante da Aganp garantiu que o concurso foi realizado justamente para suprir as vagas dos comissionados que deixarão os postos escalonadamente.

Também participou do encontro o coordenador de Fiscalização Estadual do TCE, Fernando Xavier da Silva.



TCE e Agetop acordam conclusão de obras antes das chuvas

O Tribunal de Contas do Estado e a Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop) chegaram a um acordo sobre a necessidade de que as obras sob a responsabilidade desta tenham uma previsibilidade de conclusão ou, pelo menos, que estejam em condições de receber os melhoramentos que não dependam do clima, antes do início do período chuvoso. O assunto foi discutido em reunião entre o presidente do TCE, Sebastião Tejota, e da Agetop, José Américo de Souza.

A preocupação do Tribunal é de que a aplicação dos recursos públicos atenda ao princípio constitucional da economicidade, evitando o desperdício causado pelas obras, em especial as rodoviárias, levadas a efeito durante a época das chuvas. Esse também é o objetivo da Agetop, conforme informou o presidente José Américo. "Já estamos preparando um planejamento que vai permitir a conclusão das obras em tempo hábil", disse.



RODOVIAS - Durante o encontro, Tejota aproveitou para antecipar os resultados do relatório de inspeção realizada pela 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia na pavimentação asfáltica de 29 quilômetros na rodovia GO-210, que liga Rio Verde a Santa Helena. O presidente do TCE também cobrou providências nas obras de recuperação do anel viário da cidade de Goiás que, segundo José Américo, já está sendo providenciado.

Participaram da reunião, pelo TCE, o coordenador de Fiscalização Estadual, Fernando Xavier da Silva, e a diretora da 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia, Zaquia Sebba, e, pela Agetop, o diretor de Planejamento e Projetos, Delano Calixto.

Obras de praça de esporte inspecionadas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás está acompanhando as obras de reforma da Praça de Esportes Pedro Ludovico Teixeira, situada no bairro com mesmo nome em Goiânia. Uma equipe de técnicos da Divisão de Engenharia do TCE fez uma minuciosa inspeção no local e vai encaminhar relatório à deliberação dos conselheiros.



Saneago terá de apurar contratação sem concurso

A Saneago terá de instaurar tomada de contas especial para apurar a contratação, sem concurso público, de um menor de idade. A decisão foi tomada em resolução relatada pelo conselheiro Naphtali Alves em seção plenária realizada no dia 18 de maio.

Conforme foi apurado pelo TCE, houve, de fato, a relação de emprego entre as partes, baseando-se em sentença da Justiça do Trabalho em Goiás que resultou em acordo, no valor de R\$ 2.800,00.

Em sua defesa nos autos, a Saneago esclareceu que acolheu o reclamante em seu escritório regional na cidade de Marzagão, na condição de "Bolsista/Estagiário" para a

prestação de serviços, em função de convênio firmado com aquele município e que o pagamento seria da alçada da municipalidade. Entretanto, como co-responsável perante a justiça trabalhista, optou pelo acordo na demanda laboral, que caracterizou a relação de emprego.

A estatal terá de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano num prazo de 60 dias.

Tribunal fiscaliza também a receita

Uma nova Divisão de Fiscalização foi criada na estrutura organizacional e operacional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) para permitir que o órgão exerça plenamente sua função de controlar, além da despesa, a receita do Estado. Trata-se da 6ª Divisão de Fiscalização (DF). O objetivo do novo setor é acompanhar, fiscalizar e controlar a receita do Estado. Compete a essa seção, "exercer todas as ações necessárias a evidenciar o desempenho da arrecadação em relação à instituição, previsão, renúncia, fiscalização e recebimento das receitas tributárias e de contribuições."

O parágrafo 3º prevê que o TCE enviará à Assembléia, trimestralmente, a contar do início de cada gestão financeira, relatório de acompanhamento da receita do Estado, com análise crítica do desempenho. O novo setor visa efetivar integralmente o papel constitucional fiscalizatório do órgão e do Poder Legislativo, nos termos do artigo 70 da Constituição Federal e do artigo 25 da Constituição Estadual.

A fiscalização contábil, financeira e orçamentária engloba não somente o controle das despesas públicas,



que configurariam a aplicação dos recursos do Tesouro, mas também o controle das receitas, entendendo-as como ponto de partida da atividade financeira do Estado. A Lei de Responsabilidade Fiscal define o que se deve entender por gestão fiscal responsável, pressupondo ação planejada e transparente por parte dos administradores públicos, determinando como norte o equilíbrio das contas públicas.

Para funcionamento da Divisão de Fiscalização, o projeto cria três cargos em comissão de assessoramento e um de diretor da seção. O impacto financeiro anual, com a criação da Divisão de Fiscalização, será de R\$ 221.026,67.

Benjamin Inácio dos Santos, que tem experiência na fiscalização de receitas do Estado e já participou de dezenas de eventos sobre o assunto, foi designado para desempenhar o cargo de diretor da 6ª Divisão. Sua posse, juntamente com os outros servidores que atuarão no novo setor, foi no dia 20 de junho no Plenário do TCE

Multa pode chegar a R\$ 24,3 mil

O TCE reajustou para R\$ 24.376,71 o valor máximo para as multas que pode aplicar a gestores públicos que cometerem as infrações especificadas nos artigos 55, de sua lei orgânica, e 273, do regimento interno. A mudança atendeu a uma proposta da Coordenação de Fiscalização Estadual e o valor foi obtido por cálculos da Gerência Executiva de Recuperação de Créditos da Secretaria da Fazenda, considerando o índice de atualização dos créditos tributários estaduais, correspondente ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 2005.

O valor até então vigente para as multas do TCE era de R\$ 11.156,22 e foi estabelecido no regimento interno há dez anos.

Confira o valor das multas que podem ser aplicadas pelo TCE, de acordo com seu regimento, seguidas pelo percentual incidente sobre o valor máximo estabelecido (R\$ 24.376,71):

Em relação a:

- I - responsáveis por contas julgadas irregulares de que não resulte débito, 10% a 30%;**
- II - ato praticado com grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, 10% a 50%;**
- III - ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, 50% a 100%;**
- IV - obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas, 50% a 70%;**
- V - sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal, 20% a 50%;**
- VI - reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal, 50% a 100%;**
- VII - inobservância dos prazos para a apresentação das prestações de contas, os Movimentos Contábeis da Execução Orçamentária e Financeira mensal, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, as exigências contidas nos incisos I, II e III do art. 30 da Constituição Estadual e outros documentos ou processos que devem ser remetidos ou estar à disposição do Tribunal, 20% a 50%;**
- VIII - descumprimento de decisão do Tribunal, 30% a 100%;**
- IX - não atendimento, no prazo estipulado, sem causa justificada, de diligência ou determinação feita pelo Plenário ou Relator, 10% a 30%;**
- X - pequenas irregularidades, levando-se em consideração o valor da obrigação, grau de instrução e o cargo exercido na Administração Pública, 1% a 10%.**

Auditoria do TCE investiga Centro de Medicamentos de Alto Custo

A constatação de várias irregularidades e a sonegação de documentos requisitados pela fiscalização do Tribunal de Contas do Estado motivaram a conversão em auditoria a inspeção que vinha sendo realizada no Centro de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa, da Secretaria de Estado da Saúde. A medida, autorizada por resolução relatada pela conselheira Carla Santillo, vai permitir ao TCE realizar um completo levantamento das irregularidades apontadas preliminarmente em relatório da 2ª Divisão de Fiscalização do Tribunal.

Segundo o memorando apresentado em plenário pela Presidência, os fatos apontados no Centro Juarez Barbosa, já eram motivo de preocupações dos conselheiros e do Ministério Público Especial. Também foram lembradas matérias jornalísticas, por parte da mídia local, em que são evidenciadas falhas desse setor, "acarretando gravíssimas conseqüências à população necessitada".

Primeira Conselheira

Carla assume propondo fiscalização de resultados

A memória do ex-governador, ex-conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado Henrique Santillo foi a principal tônica dos discursos durante a posse de Carla Santillo, primeira mulher a assumir o cargo de conselheira titular do órgão fiscalizador. Na solenidade, realizada no plenário do TCE, a ex-parlamentar, filha de Henrique Santillo, assumiu o compromisso de, inspirada na atuação de seu pai, realizar uma fiscalização dos resultados da administração pública.

A saudação oficial do Tribunal de Contas à empossanda foi feita pelo conselheiro Edson Ferrari, que também ressaltou a figura do ex-presidente da casa, Henrique Santillo, "um modelo de trabalho e honestidade a ser seguido por todos os homens públicos de Goiás". Ferrari fez questão de lembrar que Carla substituiu o conselheiro Frederico Jayme Filho, que havia sido nomeado pelo então governador de Goiás em 1989. O orador falou, ainda, do trabalho de Carla como deputada, com enfoque na promoção social e da saúde pública.

Carla Santillo, que foi indicada para o cargo pelo ex-governador Marconi Perillo, é natural de Anápolis-GO. Graduada em Odontologia, com especialidade em Endodontia, foi eleita deputada estadual em 2002, tendo sido membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça no 1º biênio (2003-2004). No segundo biênio, exerceu o cargo de 2ª vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado.



Conselheira Carla Santillo



Conselheiro Naphtali Alves

Seagro advertida por diárias irregulares

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento terá de observar os decretos que regulamentam a concessão de diárias. A decisão, relatada pelo conselheiro Naphtali Alves, tomou como base relatório de inspeção efetuada no desempenho rotineiro daquela pasta em despesas de diárias no período de março a maio de 2002.

O TCE detectou irregularidades quanto a ordens de tráfego e controle de veículos e que o órgão não observou os valores fixados por regulamento do Governo do Estado. Apesar da advertência, o Tribunal decidiu arquivar os autos e, atendendo proposta da Procuradoria Geral de Contas, oficial ao Gabinete do Controle Interno, tendo em vista que algumas irregularidades foram atribuídas a uma atuação deficiente daquele órgão.

Resolução normatiza Anop

O jornal Notícias TCE será um dos canais de divulgação dos resultados das Auditorias de Natureza Operacional (Anop). Esta e outras definições acerca dessa modalidade de auditoria estão contidas na Resolução Normativa nº 001/2006, que aprova normas e procedimentos para a realização das Anops pelo TCE goiano.

Outra novidade é o estabelecimento de prazos para as etapas da auditoria. Após a conclusão do relatório preliminar, a equipe de auditoria o encaminhará ao gestor que deverá apresentar suas considerações num prazo de 15 dias. Depois da análise do posicionamento do gestor, o processo será submetido ao conselheiro-relator que, após ouvir o Ministério Público Especial, o submeterá ao Plenário para deliberação num prazo de 30 dias. Em seguida, se for o caso, o gestor terá prazo para encaminhar ao Tribunal o cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações do Tribunal.

A Auditoria de Natureza Operacional é definida na resolução como sendo a avaliação sistemática dos programas, projetos e atividades governamentais com o objetivo de verificar se as ações implementadas produziram os efeitos pretendidos pela administração pública.

A resolução estabelece, também, as etapas da Anop que são: 1) elaboração do plano de auditoria; 2) planejamento, execução e emissão de relatório; 3) encaminhamento do relatório ao gestor; 4) análise das considerações do relator; 5) apreciação e deliberação; 6) divulgação e 7) monitoramento das recomendações apresentadas.

Anop do Morada Nova mostrada à Agehab

O presidente da Agehab (Agência Goiana de Habitação), Álvaro Lourenço, enalteceu a atuação do Tribunal de Contas do Estado na Auditoria de Natureza Operacional (Anop) realizada no programa Morada Nova, de responsabilidade daquela pasta. O comentário foi feito durante o painel de referência promovido pelo TCE sobre a Anop efetuada na concessão do cheque moradia para construção e reforma, ação constante do Morada Nova. O objetivo do órgão fiscalizador, ao desenvolver essas auditorias operacionais, é colaborar para a melhoria do desempenho das ações governamentais.

Durante o painel, os técnicos do TCE demonstraram à equipe gestora do programa da Agehab o resultado da avaliação, finalizando com recomendações para atingir os objetivos propostos do programa. A auditoria do Tribunal de Contas verificou se a distribuição dos recursos leva em conta as carências habitacionais dos municípios, identificou os critérios de cadastramento, avaliou a eficiência do software de cadastramento, verificou a eficiência e eficácia da fiscalização de obras da Agehab, conheceu os métodos de cálculo para o desenvolvimento de indicadores de desempenho e identificou boas práticas de gestão.

O programa Morada Nova tem por objetivo combater o déficit habitacional, suprir as deficiências habitacionais da população de baixa renda e melhorar a qualidade de vida da população por meio do subsídio às famílias com renda de até três salários mínimos.



Nasce o Informativo CFE

Nasce aqui o Informativo CFE. A iniciativa deve-se à crença de que o cidadão é o ator principal, o protagonista de tudo o que envolve a administração pública e como tal deve ter a oportunidade de tomar conhecimento das ações, das políticas adotadas pelos gestores públicos para a implementação dos benefícios a que tem direito. Para tanto, o cidadão comum deve ter acesso também aos procedimentos de fiscalização dos Tribunais de Contas como forma de aferir a eficácia da administração.

Nessa perspectiva, o Informativo CFE tem como principal objetivo incrementar a comunicação do TCE-GO com a sociedade, mas, além disso, pretende também fortalecer a sua integração com os órgãos da Administração Pública Estadual, publicando, mensalmente, informações simplificadas, mas claras, sobre planos, projetos, auditorias e inspeções desenvolvidas sob a responsabilidade dessa Coordenação do Tribunal de Contas de Goiás.

Busca-se com essa iniciativa contribuir para que o cidadão e a própria Administração possam conhecer melhor a forma de atuação e os resultados alcançados pelo nosso Tribunal, estimulando assim o controle social, por meio do qual o cidadão participa, discute e opina sobre as ações do governo e do próprio Tribunal. (Adriana de Moraes)

As atribuições da CFE

Em linhas gerais, compete à Coordenação de Fiscalização Estadual planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades das unidades técnicas de fiscalização que lhe são subordinadas, necessárias ao desempenho das atribuições e controle a cargo do Tribunal. As unidades técnicas que compõem a CFE são as seguintes:

1ª e 2ª Divisões de Fiscalização - Fiscalizam os órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, os Tribunais de Contas, as fundações, empresas públicas, as sociedades de economia mista e fundos especiais, mediante inspeções nas áreas orçamentária, contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional assim como auditorias estabelecidas no Plano Anual de Auditorias.

3ª Divisão de Fiscalização - Analisa e instrui os processos referentes a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, exoneração, pensão, transferência, rescisão, demissão e exoneração, bem como também os processos de prestação de contas de folha de pagamento de pessoal.

4ª Divisão de Fiscalização - Realiza análise e instrução dos processos referentes a prestação de contas de adiantamentos e fundos rotativos.

5ª Divisão de Fiscalização - Realiza análise e instrução dos processos referentes a contratos, convênios e seus respectivos aditivos, bem como das prestações de contas de convênios.

6ª Divisão de Fiscalização - Executa as atividades de acompanhamento, controle e fiscalização da receita estadual dos órgãos da administração direta, indireta, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedade de economia mista.

1ª e 2ª Divisões de Fiscalização de Engenharia - Realizam análise e instrução dos processos referentes a obras e serviços de engenharia, locação e alienação de imóveis, e outros de natureza correlata. Realizam também inspeções rotineiras de acompanhamento de obras em execução, bem como auditorias em contratos de obras e serviços de engenharia. (Fernando Xavier)

E CFE CFE CF
CFE CFE CFE
INFORMATIVO
CFE

Resp. Dulce Abreu

Diretrizes da CFE para 2006

Neste exercício, acreditando ser possível exercer um controle interno de forma pedagógica e eficiente, procurando atuar de forma concomitante à ocorrência dos fatos, à prática e execução dos atos administrativos, e com o objetivo de dar o primeiro passo para mudar nosso modelo de fiscalização, a Coordenação de Fiscalização Estadual está orientando suas divisões a realizar uma fiscalização com ênfase na operacionalidade. Fiscalizar a legalidade e os aspectos formais é importante, mas devemos priorizar também os objetivos, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos. Para tanto, devemos procurar aproximar o máximo possível a nossa atuação da ocorrência dos fatos e verificar os reais benefícios obtidos pela sociedade, trazidos ao interesse público. E, neste sentido, a atuação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no exercício do controle externo será mais eficiente. (Fernando Xavier)

Auditoria nas entidades sem fins lucrativos

A 1ª Divisão de Fiscalização está realizando trabalho de natureza operacional avaliando a correta aplicação de recursos transferidos às entidades sem fins lucrativos. O objetivo é verificar o interesse público de cada auxílio financeiro transferido e se a entidade beneficiária aplicou os recursos de acordo com o cronograma de trabalho.

Da inspeção "in loco" realizada em algumas entidades beneficiárias a equipe constatou que nem todos os auxílios concedidos atenderam ao interesse público, tendo em vista que os recursos foram utilizados em benefício próprio da entidade. O Tribunal de Contas vai recomendar à Seplan que verifique, antes de efetuar a transferência dos recursos, a finalidade de cada entidade beneficiária, para o cumprimento do interesse público.

O trabalho está em fase de conclusão e encaminhamento ao diretor da 1ª Divisão para revisão e posteriormente para ser atuado e distribuído a um conselheiro-relator. (Luiz Gonzaga)



Ilustração: Eliseu Xavier

Estamos de olho

Hospital de Urgências de Goiânia e Materno Infantil com superlotação

A superlotação do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e do Hospital Materno Infantil foi um dos principais problemas detectados pela 2ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado em inspeção especial realizada entre 17 de agosto e 20 de setembro do ano passado. Para sanar o problema, o TCE recomendou que a Secretaria Estadual de Saúde cuide para que casos básicos sejam tratados nas unidades municipais de saúde e que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) encaminhe apenas os casos realmente de urgência.

Também foi constatada a falta de manutenção em equipamentos caros que deixam de ser utilizados pela população. O TCE sugeriu que a Secretaria da Saúde providencie licitação pública para contratação de empresa para manutenção preventiva em toda a rede pública de saúde. Outra sugestão feita pela equipe multidisciplinar do Tribunal foi o remanejamento de profissionais médicos entre as unidades da rede própria do Estado de Goiás visando suprir carências existentes em especialidade que vão da pediatria a neurologia, entre outras. A 2ª Divisão de Fiscalização vai fazer o exame pormenorizado do contrato de reforma do Hospital Materno Infantil, que até então encontrava em ritmo lento, prejudicando não só o atendimento como também o controle da infecção hospitalar.

O processo de inspeção especial está em fase de tramitação e instrução, como prazo para apresentação de justificativas e defesa pela Secretaria da Saúde. O relator é o conselheiro Milton Alves Ferreira. (Dulce Abreu)

PROMOEX

Um caminho de modernização dos Tribunais de Contas



Os desafios com que, a cada dia, se defronta a administração pública no Brasil tem imposto aos tribunais de contas brasileiros novas e crescentes demandas de atuação: a Lei de Responsabilidade Fiscal; a aplicação de recursos vinculados na área de educação e saúde; a necessidade de coibir desvios de recursos e garantir a adequada arrecadação de receitas. Esses e outros desafios exigem dos tribunais o aperfeiçoamento de seus mecanismos de fiscalização e a divulgação dos resultados alcançados pelo exercício de suas funções.

Esse é um dos objetivos do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasileiros (Promoex) ao qual o Tribunal de Contas do Estado de Goiás aderiu, ciente do papel relevante que ocupa nesse cenário de transformação e desenvolvimento.

No âmbito do TCE-GO estão previstas inúmeras ações que deverão permitir a modernização do controle externo. Entre elas, destaca-se a capacitação dos servidores, a revisão das normas e dos procedimentos de trabalho, a integração com os órgãos da administração pública e a criação de canais de comunicação com a sociedade.

Com essas diretrizes, o Promoex poderá contribuir para aumentar a eficácia e a transparência das ações de fiscalização do Tribunal cuja atuação deve reverter-se, assim, em benefício da sociedade. (Adriana de Moraes)

Serviço de Capacitação intensifica cursos

O Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade do Tribunal de Contas do Estado coordenou seis cursos durante o mês de junho. Para as divisões de Engenharia, foi ministrado o curso de Estatística, enquanto que outros servidores do TCE receberam treinamentos de Informática Básica, OpenOffice, Atendimento ao Público e Comunicação, Comitê da Qualidade e Motivação e Trabalho em Equipe.

OpenOffice e Informática Básica

O software livre OpenOffice, adotado pelo TCE, está sendo tema de cursos para os servidores do órgão. Promovidas pelo Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade, as aulas são na Sala de Treinamento da Divisão de Processamento de Dados, ministradas pelos servidores da DPD Leonardo Ruivo de Mendonça e Daniele Gonçalves Dias.

Um dos cursos abrange Informática e OpenOffice Básico, com duração de dois meses e duas turmas, enquanto o outro, apenas de OpenOffice, tem a duração de um mês, também com duas turmas. O OpenOffice é um software livre, ou seja, de uso gratuito, e tem proporcionado grande economia para o TCE já que desempenha com excelente produtividade as funções de editor de textos, planilhas e apresentação de slides.

Curso de atendimento capacita servidores

Os servidores que trabalham com atendimento ao público no Tribunal de Contas do Estado fizeram o curso Excelência no Atendimento e Comunicação, ministrado pela consultora organizacional Lígia Lionel, numa promoção do Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade do TCE. Dentre os assuntos desenvolvidos estão o marketing pessoal, motivação e trabalho em equipe.



Pavimentação foi tema de palestra para Engenharia



As principais causas do insucesso na execução de uma rodovia foram abordadas durante a palestra proferida pelo engenheiro civil Ronaldo Aspesi, diretor-presidente da empresa Disbral Distribuidora Brasileira de Asfalto, para os técnicos de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado. O tema "Tratamento Superficial Duplo na Pavimentação de Rodovias", debatido no dia 20 de abril no Plenário Henrique Santillo, foi o primeiro de uma série de encontros a serem realizados pelos setores de Engenharia do TCE durante este ano.

De acordo com a diretora da 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia do TCE, engenheira Zaquia Sebba Carrijo, o Tribunal está incentivando a realização de cursos, visitas técnicas, treinamentos de vistorias, dentre outros eventos, que contribuam para a atualização dos técnicos. O coordenador de Fiscalização Estadual, Fernando Xavier, enfatizou a importância desses encontros para a melhoria do desempenho profissional dos servidores. Além dos engenheiros e arquitetos lotados na 1ª e 2ª Divisão de Fiscalização de Engenharia, a palestra foi assistida pelo pessoal da 2ª Divisão de Fiscalização, do gabinete do auditor Mário Roberto Dayrell e da Coordenação de Fiscalização Estadual.

ASPESI - O palestrante Ronaldo Aspesi é engenheiro civil, com pós-graduação em Pavimentação Rodoviária e Urbana, membro da Comissão Permanente do Asfalto, sócio efetivo da Associação Brasileira de Pavimentação e diretor-presidente da empresa Disbral - Distribuidora Brasileira de Asfalto.

Projeto Mais Vida tem apoio do TCE-GO

O Tribunal de Contas do Estado apóia o Projeto Mais Vida e poderá receber a visita de uma unidade móvel do Hemocentro de Goiás para coletar sangue de servidores e visitantes do órgão fiscalizador. O presidente Sebastião Tejota autorizou a servidora Deila Rosa Peu, que é integrante do projeto, a divulgar a campanha entre os colegas e parabenizou a Igreja Adventista do Sétimo Dia pela iniciativa.

Na foto, da esquerda para a direita, o diretor-geral do TCE, Solano Alves Pimenta, Deila Rosa Peu, o presidente Sebastião Tejota e o assessor da presidência do Tribunal, Marcus Vinícius do Amaral.



Campanha de vacinação tem 400 aplicações



A campanha de vacinação promovida no dia 6 de junho pela Divisão do Serviço Médico-Odontológico do Tribunal de Contas do Estado superou as expectativas atingindo exatas 400 aplicações contra tuberculose, tétano, hepatite e gripe. O odontólogo Cláudio Mendanha, coordenador da campanha, disse que já iniciou entendimentos com a Secretaria da Saúde para realizar uma nova etapa em agosto ou setembro.

Foram aplicadas 145 doses da vacina contra difteria e tétano, 110 contra febre amarela, 48 contra hepatite para pessoas de até 20 anos de idade e sete para pessoas com mais de 60 anos.

Morre autor do livro "Um Tribunal na História"

O escritor e jornalista José Asmar, que em 1999 escreveu o livro Um Tribunal na História, faleceu no dia 27 de maio, aos 82 anos de idade. Natural de Anápolis, José Asmar era membro da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Autor de mais de dez livros, muitos deles de cunho histórico, o jornalista trabalhou durante cerca de 20 anos no jornal O Globo, no Rio de Janeiro.

Um Tribunal na História relata a criação e o desenvolvimento do Tribunal de Contas do Estado.



Marcas do Tempo

A alegria era uma das características do conselheiro Waldyr Castro Quinta. Já aposentado, ele se destacou como uma das estrelas do Simpósio promovido pelo Sindicato dos Inspetores do Tribunal de Contas do Estado, ocorrido em 1995. Sua simpatia e conhecimento do TCE fizeram com que os participantes do encontro o aplaudissem de pé, ao final da palestra.

Waldyr Quinta faleceu este ano, no dia 1º de fevereiro, aos 84 anos de idade.



PROMOÇÃO ALTO VERÃO / NOTÍCIAS DO TCE

A Alto Verão vai premiar o leitor do Notícias do TCE. Para participar, basta saber um pouco sobre o TCE-GO. A cada edição faremos uma pergunta, cuja resposta pode ser obtida no site do TCE (www.tce.go.gov.br): basta o leitor pesquisar. Uma carta será sorteada e, se contiver a resposta correta, será premiada com um brinde da marca Alto Verão a retirar em qualquer uma de suas lojas.

A comissão que fiscalizará a Promoção Alto Verão será composta por três servidores efetivos do TCE que promoverão o sorteio e verificarão se a resposta está correta. Não estando, será sorteará outra carta. O Notícias TCE-GO entrará em contato com o vencedor que deverá comparecer à sede do TCE / Setor de Comunicação num prazo de 15 dias após o aviso para retirar seu vale-brinde.

PERGUNTA:

Qual foi o primeiro presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás?

Resposta: _____

Nome: _____

End: _____

Fone: _____

E-mail: _____



Esse cupom deverá ser recortado e colocado em um envelope lacrado com o seguinte endereçamento:
Tribunal de Contas do Estado de Goiás - "Promoção Alto Verão / Notícias do TCE-GO"
Praça Cívica, 332 Centro Goiânia/Go CEP 74.003-010